



A biblioteca escolar como pauta de reivindicação popular no Brasil

The school library as a popular demand agenda in Brazil

Valéria Aparecida Bari, Universidade Federal de Sergipe – valbari@gmail.com

Eixo 2 - O *Advocacy* de dodo dia

1 INTRODUÇÃO

A ideia defendida nesta comunicação, com base nas evidências coletadas, na documentação e estudos sobre o fenômeno e as vivências em campo pela autora, ao longo dos últimos trinta anos de exercício profissional, denotam que existe um território a ser conquistado: fazer com que a biblioteca escolar (com acervo, tecnologias e a pessoa bibliotecária) integre a pauta de reivindicação popular no Brasil, como direito inerente às crianças, adolescentes e adultos em processo de educação formal, e dever do Estado. Para tal deflagração, argumenta-se como medida prioritária às entidades de classe e coletivos da Biblioteconomia, que a universalização da biblioteca escolar seja integrada às ações de *Advocacy*.

A principal motivação para trazer essa discussão e testar a hipótese levantada na pesquisa, foi o desejo de retirar do ostracismo a biblioteca escolar, *célula mater* de todas as unidades de informação no Brasil, esquecida e desacreditada até mesmo pelos profissionais bibliotecários, que não se sentem pertencentes a este espaço especializado. Igualmente, por acreditar na Educação como atividade especializada de intelectualização e emancipação humana, que não é uma mera capacitação para servir ao mundo do trabalho. Vislumbrar a pessoa bibliotecária como protagonista do processo da educação formal nos torna efetivamente construtores e democratizadores da intelectualidade, especialmente no momento da infância e adolescência, quando temos a oportunidade de apresentar, criar empatia e abrir espaço para a criatividade, inovação e fruição intelectual de longo prazo.

A classe profissional da Biblioteconomia ainda não se apropriou plenamente da biblioteca escolar, devido a invisibilidade social desta unidade de informação, diante da marginalidade, do ostracismo e do esquecimento desse ambiente, dentre as



políticas públicas voltadas à gestão escolar no Brasil. Outro fator agravante na configuração das ações de *Advocacy* da Biblioteconomia diz respeito a prática política da categoria bibliotecária. Ao contrário de outros bacharelados no Brasil, que procuram articular-se em defesa de sua prática especializada, a postura dos egressos da Biblioteconomia tem sido tímida, diante da grande importância que seu trabalho representa para a sociedade. Segundo Cristian Brayner:

Diante das pautas políticas, há duas possibilidades: primeiro, não entrar no mérito do embate, seja por ignorar a existência do risco, seja por acreditar ser o silêncio o melhor remédio. Trata-se de uma tentativa de sobrevivência perigosa. Segundo, entrar no embate. Isso implica compreender os dispositivos discursivos da outra parte e estabelecer as armas de luta adequadas. (BRAYNER, 2019).

Chega-se ao extremo, entre os bibliotecários, de propor o apagamento das cláusulas legais e da exigência de condições adequadas de funcionamento da biblioteca escolar, diminuindo a importância dessa unidade de informação como serviço especializado, espaço de inclusão e acessibilidade à informação e ao conhecimento, ambiente de mediação de leitura e socialização leitora. Em recente publicação de periódico voltado à comunidade discursiva bibliotecária, Dandara Baçã (2022) afirma que:

Para que todas as escolas tenham biblioteca é preciso que a biblioteconomia renuncie ao protagonismo, renuncie os postos de trabalho e atue na construção e fortalecimento da política educacional. A sociedade brasileira que volta à fome e mergulha nos psicotrópicos precisa de bibliotecários comprometidos com a política educacional e não com a classe. Primeiro a sociedade e depois a classe (BAÇÃ, 2022).

Chama a atenção de que esta colocação de uma bibliotecária não crie estranhamento entre a classe, mesmo salientando que a desconstrução do protagonismo bibliotecário na biblioteca escolar, como comentaremos nesse artigo, leva à perda das condições minimamente adequadas de existência dessa unidade de informação. Ou seja, tem sido caracterizadas como bibliotecas no Sistema Educacional Brasileiro (SEB), armários que contêm livros, depósitos de bens inservíveis, pilhas de caixas fechadas com acervo, que acabam sendo despejadas como lixo reciclável, após sua deterioração sem uso. Para aqueles que consideram essa argumentação especulativa, é preciso salientar que é contratação de autoridades



também de outras comunidades discursivas, como José Ribamar Bessa Freire (2015), que descreve os frequentes despejos de livros destinados às unidades escolares, em lixões e áreas de mata, que seguem ocorrendo no país até a atualidade.

A problematização geratriz desta comunicação científica se refere, então, à premente necessidade de abertura de ações de debate público, conclamadas se possível pela classe bibliotecária, abrindo a possibilidade da adesão popular, ressignificação da biblioteca escolar para a população brasileira e seu ingresso na pauta de reivindicações populares, como direito inerente a toda a população.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: MARGINAL E ESQUECIDA

Retomando os inúmeros estudos brasileiros de nosso processo civilizatório, no qual criar, publicar e imprimir registros bibliográficos em território brasileiro foi considerado crime com pena capital por pelo menos 300 anos, verificamos que a Biblioteca Escolar está registrada como a nossa primeira unidade de informação. Conforme pesquisado por Débora Santos de Oliveira Souza (2020, p. 29).

A situação de Vice-Reino e, posteriormente, de emancipação territorial e do Primeiro Reinado no Brasil trouxeram o desafio da alfabetização, que ainda era prioritariamente voltada para as práticas profissionais da maior parte dos assistidos. Posteriormente, no Segundo Reinado, apesar da indicação de sua existência e funcionamento da biblioteca escolar, que foi modelada pelos parâmetros da edificação do Colégio Pedro II, a mera exemplificação não imposta deixou de se concretizar nas redes escolares, em implantação no Segundo Reinado.

A República Brasileira, em sua proclamação, trouxe certo impacto às instituições de Educação e Cultura, já que criou as instâncias ministeriais para cuidar dessas importantes pautas. Porém, apenas dois anos depois, em 1891, o Ministério da Educação, Correios e Telégrafos era extinto e suas funções absorvidas pelo Ministério da Justiça. Embora retornando como função ministerial posteriormente, as ações de Educação no Brasil não assumiram frontalmente a gestão da biblioteca escolar como unidade de informação.

O Modernismo na década de 1920, traz para os especialistas em leitura novos horizontes para a biblioteca escolar, quando o professor Lourenço Filho, renomado



educador, declara que “o ensino deve estar ligado à biblioteca” (LOURENÇO FILHO apud MACEDO, 2005, p. 419). Mas, para a densa maioria da população brasileira, a escolarização seguia como sinônimo de capacitação para o trabalho, e a biblioteca escolar permanecia fora da visão da unidade escolar.

Nas décadas de 1960 e 1970, com a rápida expansão da Educação Universal como fenômeno mundial, inúmeros estudos apontaram a aplicação de princípios integradores da biblioteca escolar e biblioteca pública, como medida de atendimento e enriquecimento de opções de leitura. Em São Paulo, a pioneira Comissão de Bibliotecas Públicas e Escolares fez publicações normativas e promoveu encontros na capital paulista, sem contemplar o reexame das funções distintas dessas duas unidades de informação (MACEDO, 2005, p. 421).

Passando pelas décadas de 1980 e 1990, uma importante publicação influenciou a intelectualidade brasileira e fez surgir um representativo número de pesquisas e trabalhos de grau: a Organização dos Estados Americanos (OEA) fez a publicação em escala internacional do “Modelo Flexível para um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares” (MACEDO, 2005, P. 422). Contudo, as políticas públicas brasileiras não foram sensibilizadas por esse documento e suas repercussões, sendo que a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares até os nossos dias não se encontra esboçada.

O último ano do século XX trouxe, no fechamento, uma discussão procedente e internacional sobre a biblioteca escolar, já que se iniciava o advento das mídias digitais, com o florescimento das redes sociais virtuais, a disseminação das publicações científicas em formato eletrônico, e outros fenômenos que aproximaram a comunicação, a informação e a construção do conhecimento. Apesar da diretriz internacional, indicada por documentos como a do “Manifesto IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar”, disseminado a partir de 2000, segue até o presente momento sub-representada no Sistema Educacional Brasileiro (SEB) e seus indicadores.

Nesse ponto de nosso panorama, o Brasil ingressa na segunda década do séc. XXI, sob o contexto social adverso da Pandemia da COVID-19, fenômeno global em ocorrência no período de 2019 a 2022, quando este trabalho de pesquisa se encontrou candidato. As atividades dedicadas à leitura e escrita sofreram intenso impacto, sendo que a Educação precisou recriar seus métodos, para manutenção de seus



objetivos. Nesse interim, a biblioteca escolar, já pauperizada pela situação de ostracismo, encontra-se exposta ao novo risco da substituição de sua ambiência por meras bases de dados. Pacotes de acervos digitais prometem encantar os leitores novatos com a incrível oferta de e-books e jogos interativos, sem a contemplação da mediação e socialização essenciais à formação leitora.

3 MÉTODO DA PESQUISA

Considerando a emergência da discussão da retomada das ações de universalização da biblioteca escolar no Brasil, considerando-se os prejuízos sociais em decorrência da Pandemia da COVID-19, este estudo foi desenvolvido, com a preocupação de lançar luzes ao tema de grande relevância para todas as pessoas brasileiras. Desse modo, a questão de pesquisa sintetizada na discussão foi: “Qual a estratégia adequada para a apropriação da biblioteca escolar como pauta de reivindicação popular no Brasil?”

A hipótese, desenvolvida por meio de exame retrospectivo de legislações, políticas e manifestações pregressas de especialistas, foi a de que: “A biblioteca escolar precisa ser tematizada como direito de todos os cidadãos brasileiros, e sua concretização nas unidades educacionais integrantes no Sistema Educacional Brasileiro (SEB) sigam parâmetros, aspectos quali-quantitativos e a presença da pessoa Bibliotecária.”

Ao escolher a tipologia de pesquisa aplicada, criou-se a necessidade do procedimento de pesquisa bibliográfica, documental e legal, para levantamento do referencial teórico, legal, factual e estado da arte. A análise dessa massa crítica de conhecimentos também contou com a experiência profissional e acadêmica da autora.

Determinada a hipótese a ser verificada e a tipologia aplicada, a pesquisa tem objetivos descritivos e explicativos, em relação à complexa situação da biblioteca escolar no Brasil, e os possíveis caminhos para que a mesma seja reconhecida como um direito, uma necessidade e um desejo de todos os brasileiros.

Quanto aos procedimentos, a prospecção de dados, informações e conhecimentos por meio de pesquisa bibliográfica, e discussão “ex-post-facto”, ou seja, analisando logicamente os dados e verificando relações de causa e efeito que podem contribuir com as estratégias de disseminação da imagem da biblioteca escolar



como uma unidade de informação, passível de padronização, provedora de recursos informacionais e apoiadora das atividades de ensino, sobretudo em nível educacional Básico, Fundamental, Médio e Técnico.

4 RESULTADOS

Diferentemente da proposta defendida nessa comunicação, a biblioteca escolar no Brasil, desde a sua implantação até os dias de hoje, tem sido veladamente gerida como um aparelho ideológico ou privilégio de poucos, espelhado nas políticas públicas e geração de indicadores, discrepantes de suas funções de formação de leitores, ambiente de pesquisa e construção de conhecimento. Vejamos os inequívocos exemplos dos números oficiais, produzidos pelo Senso Escolar, nos quais, sem nenhuma instrução, glosa ou constrangimento, os diretores escolares podem declarar a existência desta unidade de informação sem que ao menos uma sala exista, atestando a existência da biblioteca escolar em seu estabelecimento gerido.

Exemplifico com resultados da pesquisa participante universitária, em nível estadual, sob minha orientação, “A Biblioteca Escolar e a Formação de Leitores: uma pesquisa coletiva e participante” entre os anos de 2011 e 2015. Em atividades de observação de campo nas escolas, realizadas em meio a vigência do Plano Decenal descrito na Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares (Lei Federal nº. 12.244/2010), verificou-se presencialmente que bibliotecas declaradas nas edições vigentes do Senso Escolar, em esfera estadual sergipana eram compostas por armários com livros, salas com entulho de construção civil e equipamentos inservíveis, ambientes de armazenamento diversos trancados e indisponibilizados, pilhas de caixas fechadas com acervos enviados às escolas e outras situações semelhantes.

Em comunicação científica sobre essa sondagem de campo apresentada no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), o estudante de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe, Jailson Hilário dos Santos, orientado pela autora deste artigo, após participação em extensa pesquisa de campo, verifica consternado que:

A declaração dos Diretores Escolares aos órgãos oficiais é imprecisa e não traduz a realidade, mediante a falta de parâmetros que conceituem e indiquem as condições de implantação e qualificadores da Biblioteca Escolar, segundo os princípios Biblioteconômicos e as leis brasileiras. [...] Acreditamos



que a pesquisa tenha produzido indicadores generalizantes, mediante o uso de seus critérios científicos, e que essa situação não difere em inúmeros municípios brasileiros que passam pela mesma situação. (SANTOS; BARI, 2015).

Passados sete anos da pesquisa de campo exemplificada, cujos produtos derivaram em um número representativo de Trabalhos de Conclusão de Curso, comunicações científicas e monografias entre os acadêmicos da graduação em Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), agravou-se o quadro deveras preocupante da biblioteca escolar no Brasil, que se tornou finalmente evidente mediante o isolamento social determinado pela Pandemia da COVID-19.

É inclusive lícito e notório afirmar que, apesar da importância da função da biblioteca escolar na execução dos objetivos de dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº. 9.394/1996), Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares (Lei Federal nº. 12.244/2010), não é clara sua menção, função ou critérios de regulamentação, para além das características do acervo. Inclusive, na legislação e políticas públicas voltadas à leitura, frequentemente é citado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias (SNBP), como detentor de funções sociais que pertencem na verdade à biblioteca escolar.

Pior situação se divisa nas políticas públicas, como exemplificado pelo já extinto Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE, Portaria nº 584/1987), extinto após o edital de 2014, que se destinou exclusivamente ao desenvolvimento de acervos, para um ambiente que não encontra correspondência nas unidades escolares, ou seja, não está previsto, edificado, não possui equipe própria, nem regulamento, nem sistema nacional, por 27 anos.

Quanto às demais políticas públicas que têm se debruçado sobre a questão da leitura escolar no Brasil, como a Política Nacional do Livro (Lei Federal no. 10.753/2003), Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL, Portaria Interministerial nº 1.442/2006), a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE, Lei Federal nº. 13.696/2018), não caracterizam a ambiência e equipe da biblioteca escolar.

Quanto as ações de *Advocacy*, desenvolvidas no Brasil pela categoria Bibliotecária e seus coletivos, podemos elencar:



- Vinte e dois anos da publicação internacional do Manifesto IFLA/UNESCO PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR, após preparação do mesmo em sua conferência geral de 1999, em Bruxelas;
- Quatorze anos de deflagração do Projeto Mobilizador “Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informações para o ensino público”, pelo Sistema CFB/CRBs (Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselhos Regionais de Biblioteconomia);
- Doze anos da primeira proposta de parametrização das bibliotecas escolares no Brasil pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (GEBE);
- Doze anos da formação da Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (CBBE/FEBAB);
- Dez anos do início da difusão do conceito de Advocacy para a comunidade bibliotecária pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB).

No primeiro semestre de 2022, a discussão da biblioteca escolar no Brasil e sua situação controversa integrou as pautas reivindicatórias da classe bibliotecária, encaminhadas ao Sistema dos Conselhos Regionais e Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB/CRBs), de modo que a categoria se movimentou para a elaboração e lançamento da campanha nacional #SouBibliotecaEscolar.

Durante a XXVI Bienal do Livro de São Paulo, a referida campanha foi lançada, por meio de um pronunciamento oficial na tarde do dia 2 de julho de 2022, com a presença de representantes dos coletivos da Biblioteconomia, lideranças comunitárias, personalidades e intelectuais, além da importante presença dos membros da classe política. Seu diferencial marcante em relação às campanhas anteriores é a produção de conteúdos e adesão de diversos segmentos sociais externos à comunidade bibliotecária, com produção de manifestos e conteúdos defendendo a causa da implantação universal da biblioteca escolar, como unidade de informação gerida por profissionais da Biblioteconomia.

Desse modo, verificou-se na prática que a existência e universalização da biblioteca escolar, devidamente parametrizada e gerida, tem o potencial de ingressar



entre as pautas de reivindicação popular no Brasil, o que cria uma influência positiva na prática política e de gestão pública.

5 DISCUSSÃO

Conforme este estudo e suas constatações, a biblioteca escolar brasileira, embora tenha sido a primeira unidade de informação a surgir no país e seja a *célula mater* de todas as demais, ainda não foi visualizada pela população como um direito inerente ao pleno exercício da cidadania.

Verificamos que, de fato, existem razões e causas pelas quais essa visão não se concretiza e a população ainda não verificou os prejuízos à autonomia de pensamento e, porque não dizer, emancipação econômica. Como agravante, são exatamente as pessoas que têm sido finalmente incluídas nos processos educacionais e nas discussões sociais e científicas as grandes vilipendiadas. Pesquisas confiáveis como a Retratos da Leitura no Brasil, em sua edição periódica, tem demonstrado que a formação leitora dos brasileiros segue baseada nos acervos pessoais, as chamadas bibliotecas domésticas. Isso significa, na prática, que famílias letradas e já incluídas nos processos educacionais possuem ambiência leitora para suas crianças e jovens, enquanto os mais recentemente incluídos deparam-se com a lacuna das bibliotecas escolares e encontram-se em clara desvantagem.

Assim sendo, a busca do reconhecimento da função bibliotecária no ambiente educacional não é mera luta corporativa no Brasil, mas sim defesa de direitos e de condições adequadas para o desenvolvimento intelectual de todos os brasileiros. Chico de Paula, em uma de suas últimas contribuições, ocorrida na comemoração do Dia do Bibliotecário em 2021, traz uma explicação clara e sucinta:

Bibliotecários e bibliotecárias precisam entender, de uma vez por todas, que as mudanças pelas quais o mundo passa são historicamente determinadas, ou seja, se dão a partir de lutas e estratégias dos sujeitos estrategicamente interessados, para o bem ou para o mal, não a partir de condições naturais. [...] E, *contrario sensu*, estas lutas e estratégias não dizem respeito apenas aos aspectos coletivos, mas guardam profundos reflexos na individualidade das pessoas e no caráter corporativo da profissão. Explico: todas as vezes que bibliotecários e bibliotecárias se engajam, por exemplo, na luta a favor das bibliotecas escolares, não é apenas pela democratização deste instrumento educacional que os profissionais estão lutando, mas também pela garantia da criação de mais postos de trabalho e, conseqüentemente, da garantia de renda às suas famílias (PAULA, 2021).



Igualmente, a pesquisa desenvolvida nos trouxe outros fatores, mais profundos e arraigados na cultura, no que concerne às relações de pertencimento da sociedade brasileira, sejam alunos, professores, educadores, docentes ou especialistas, ao ambiente escolar. A escola tem sido entendida como um processo no qual a outorga encontra-se predominante, a infância é o tempo adequado, e a finalidade é a produção de egressos prontos para servir ao mercado de trabalho. Com isso em mente, é muito difícil construir, mesmo para a classe bibliotecária, as relações de apropriação e do pertencimento ao ambiente escolar, como aquele que socializa, apresenta o estudante para o mundo e abre as portas para que todos possam nele viver, desfrutar, construir e contribuir. Segundo Neusa Dias de Macedo:

Em cada etapa da construção da biblioteca escolar, as estratégias de apropriação devem estar presentes. Elas visam a incorporação da informação, do conhecimento, e das práticas, tanto da equipe de bibliotecários-professores quanto dos estudantes e até da comunidade escolar como um todo. Ou seja, a apropriação é uma via de duas mãos na qual, através das relações interativas, cada segmento fornece subsídios ao outro nas ações a serem realizadas e, assim, todos se beneficiam (MACEDO, 2005, p. 307).

Como verificação *ex-post-facto* do estudo, discutimos que o cerne desta questão, ou seja, a causa cujas consequências estão brevemente elencadas e comentadas nesta comunicação, é o reconhecimento da existência e função da comunidade escolar, formada pelos alunos, seus pais e responsáveis e a equipe escolar, para além do pragmatismo e da tecnocracia. Foi possível verificar que a comunidade escolar não se reconhece como pertencente à discussão, assim como o profissional bibliotecário, e os prejudicados são os alunos, professores e equipe escolar, cujo significado de suas práticas se perde no pragmatismo e na tecnocracia.

Quando se entende o processo de escolarização de modo tecnocrático, como é ainda visto no Brasil, as razões pelas quais os componentes se integram à comunidade escolar são vinculadas à produção de indicadores. Ou seja, as pessoas passarão por experiências duradouras, num processo longo e trabalhoso, apenas almejando a obtenção de “notas” e “aproveitamento”, assim como o ingresso em nível superior, para retomar o ciclo perverso. Debalde o esforço das equipes escolares, as relações de pertencimento ao espaço escolar no Brasil tem sido prismados pelo



pragmatismo, e elementos vinculados à produção cultural, realização pessoal e criatividade não são considerados relevantes pelas próprias famílias.

Também é essencial considerar que a construção do conhecimento na infância prescinde das relações humanas, assim como de materialidades, como exaustivamente propostas pelos paradigmas Construtivista e Sociointeracionista da Educação, que tem direta reflexão coma teoria das mediações, como preconizada na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Deste modo, pesquisadores consagrados como Antonio Agenor Briquet de Lemos, defenderam a institucionalização da biblioteca Escolar, em seu aspecto de socialização:

Para se ter uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja cinco pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização, uma comunidade de usuários, efetivos e potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca (BRIQUET DE LEMOS apud CAMPELLO, 2012, p. 5)

Sendo assim, a discussão aqui iniciada precisa de amplo debate, mas sobretudo do apoio dos principais especialistas envolvidos, as pessoas bibliotecárias, e por conseguinte daqueles cujos direitos ao acesso à informação e conhecimento estão sendo vilipendiados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O isolamento social, desencadeado pelas medidas sanitárias da Pandemia da COVID-19, conseguiu finalmente trazer para a comunidade escolar as oportunidades de participação e um certo protagonismo nas decisões sobre a educação formal. De fato, quando as práticas pedagógicas sofreram o choque da educação remota, o Brasil viu desnudadas as diferenças entre metodologias e efeitos desta educação. Assim, verificou-se que o ambiente escolar estava longe do coração, uma vez que se encontrava longe dos olhos dos pais e responsáveis, que são componentes da comunidade escolar.

A classe bibliotecária, por sua vez, tem a oportunidade de clarificar e abrir caminhos para a discussão e adesão à universalização da biblioteca escolar,



demonstrando a consistência de seu pleito ambiental, informacional e profissional junto à implantação destas unidades de informação.

O presente estudo examinou e discutiu o contexto de implantação da biblioteca escolar no Brasil. Após os estudos, leituras e reiteradas discussões, chegou-se à conclusão da validade da hipótese levantada para este estudo: “A biblioteca escolar precisa ser tematizada como direito de todos os cidadãos brasileiros, e sua concretização nas unidades educacionais integrantes no Sistema Educacional Brasileiro (SEB) sigam parâmetros, aspectos quali-quantitativos e a presença da pessoa Bibliotecária.”

A recentemente lançada campanha #SouBibliotecaEscolar, pelo sistema CFB/CRBs, significa muito mais do que um movimento corporativista. Finalmente, foi possível gerar uma massa crítica, derivada da experiência da Pandemia da COVID-19 e do ensino remoto, demonstrando que a biblioteca escolar é essencial à formação leitora. Para receber este nome, ela precisa ser mais do que um armário com livros... É imprescindível que a mesma seja um ambiente tecnológico, com materialidade e também acervos virtuais, que se constitua em espaço de socialização humana, encontro com as fontes de leitura.

Para que a campanha deflagrada obtenha sucesso, assim como as discussões alcancem à sociedade brasileira, é necessário também que se trabalhe a questão do pertencimento e apropriação dos processos de escolarização, pelos alunos, professores e especialistas necessários à concretização plena da escolarização: pessoas com formação em Biblioteconomia, Educação, Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Terapeutas Ocupacionais, Intérpretes de Libras e outros profissionais especialistas, componentes dos quadros da instituição escolar e seus sistemas.

Na edificação desta proposta de biblioteca escolar, dois caminhos são apontados para que isso aconteça: proporcionar experiências mais dinâmicas, inclusivas e de desenho universal e criar possibilidades de contato com o conhecimentos e suas fontes, para além dos conteúdos programáticos. Para trilhar esses caminhos, a comunidade escolar precisa inserir a biblioteca escolar em sua pauta de reivindicação e trabalhar politicamente pela adesão da sociedade a este pleito, apoiando igualmente a presença da pessoa bibliotecária no ambiente escolar.



REFERÊNCIAS

BAÇÃ, Dandara. Críticas sinceras à campanha “sou biblioteca escolar”. **Biblio**: Cultura Informacional. 7 jul. 2022. Disponível em: <https://biblio.info/criticas-sinceras-a-campanha-sou-biblioteca-escolar/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

BRAYNER, Cristian. O bibliotecário brasileiro é um alienado político? **Biblio**: Cultura Informacional. 27 fev. 2019. Disponível em: <https://biblio.info/o-bibliotecario-brasileiro-e-um-alienado-politico/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

CAMPELLO, Bernadete (coord.). **Biblioteca Escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para Bibliotecas Escolares. Campinas: GEBE, Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais/Autêntica, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7582682-Biblioteca-escolar-como-espaco-de-producao-do-conhecimento.html>. Acesso em: 25 de novembro de 2012.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Escolas brasileiras jogam livros no lixo. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://carollinasalle.jusbrasil.com.br/noticias/131353928/escolas-brasileiras-jogam-livros-no-lixo>. Acesso em 25 jun. 2022.

PAULA, Chico de. Qual o papel do(a) Bibliotecário(a) na sociedade brasileira atual? **Biblio**: Cultura Informacional. 12 de março de 2021. Disponível em: <https://biblio.info/qual-o-papel-do-a-bibliotecario-a-na-sociedade-brasileira-atual/>. Acesso em: 23 maio 2021.

IFLA, INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/ UNESCO para biblioteca escolar**. Tradução Neusa Dias de Macedo. São Paulo: IFLA, 2000. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

MACEDO, Neusa Dias de (org.). **Biblioteca escolar brasileira**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Editora SENAC, 2005. 446 p.

SANTOS, Jailson Hilário dos; BARI, Valéria Aparecida. Avaliação de Bibliotecas escolares por meio de instrumentos de parametrização, para aprimoramento de políticas públicas. XVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD). São Paulo: FEBAB, 22 a 24 de julho de 2015. **Anais...** Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1244>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SOUZA, Débora Santos de Oliveira. Esboço histórico da Biblioteca Escolar no Brasil Colônia. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 27-34, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150705>. Acesso em 8 jul. 2022.